

Participação e seus significados

Participation and its meanings

Ana Cristina Ferreira dos Santos*

Resumo: O presente artigo se propõe a pensar a participação dos responsáveis por crianças com deficiência em uma escola do município de Juiz de Fora. A partir da ideia de participação apresentada pelos próprios atores da história da Educação Especial e das Pessoas com deficiência, busco demonstrar a relevância desta para alcance de direitos. Utilizo como autores Bodernave (1994) e Azevedo (2020), autores que discutem participação como referencial teórico base e apresento dados da pesquisa realizada para minha tese de doutorado.

Palavras-chave: Participação; Escola; Educação.

Abstract: This article aims to reflect on the participation of guardians of children with disabilities in a school in the municipality of Juiz de Fora. Based on the idea of participation presented by the very actors in the history of Special Education and People with disabilities, I seek to demonstrate its relevance for the achievement of rights. I use as authors Bodernave (1994) and Azevedo (2020), authors who discuss participation as a basic theoretical framework, and I present data from the research carried out for my doctoral thesis.

Keywords: Participation; School; Education.

Iniciando a conversa

A participação é fundamental quando falamos em processos educativos. É a partir dela que há possibilidades de novas descobertas e construções de significados antes impensados. Quando tratamos de Educação Inclusiva, ela se torna ainda mais relevante, pois o histórico da luta de pessoas com deficiência e seu reconhecimento enquanto cidadãos de direitos representa quanto a participação foi o instrumento para todas as conquistas. Essa tônica da participação é uma característica marcante em movimentos sociais, a exemplo da presença de pessoas com deficiência na elaboração da Constituição de 1988.

Segundo o dicionário Oxford (2010), participação significa *participar, ou seja, tomar parte em, compartilhar, fazer saber, comunicar, informar*. As pessoas com deficiência no país tomaram parte de sua presença em diferentes ambientes,

* Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis. Professora Efetiva da Rede Municipal de Juiz de Fora desde 2005.

compartilharam seus saberes, fizeram saber de suas necessidades, comunicaram à sociedade suas demandas e informaram seu desejo de autonomia expresso no lema “Nada de nós sem nós”, dando um basta na tutela.

Vale a pena ressaltar que o movimento de luta por direitos não ocorre de forma homogênea, com direcionamento único, há divergências e resquícios de pensamentos herdados de práticas observadas de outras épocas, quando a deficiência ainda era encarada como condição do sujeito, e não como característica da pessoa (Diniz, 2007). Segundo Rosa (2025), a participação de pessoas com deficiência e os movimentos sociais ainda carecem de aprofundamento acadêmico, sendo que muitas das conquistas foram através de representações feitas por familiares e não pelo PCD em si.

Segundo Bodernave (1994, p. 23), “a prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte, mas como se toma parte”. Por isso, torna-se tão relevante percebermos esse movimento com as famílias de crianças com deficiência. De que forma elas podem e percebem a sua importância na escola? Como pensam a educação para além da deficiência? Ao entender a deficiência como uma característica do sujeito, os responsáveis compreendem também que a educação é um processo que envolve responsabilidades divididas entre família e escola, como descrito no trecho a seguir:

Elisa: Eu acho que a participação estão basicamente nisto, porque em regra a gente vê uma sociedade trazer para a escola crianças que tem muita deficiência nos lares, deficiência dentro de casa, problemas de educação mesmo dentro de casa e traz para o contexto escolar e acha que a escola que tem de desenvolver nisso. Anuência de todas. Tem que resolver isso aí. Às vezes não sabe lidar com a criança em casa e acha que a escola tem de resolver este problema. Mas não é uma questão da escola. Falta participação dos pais fazerem o que precisa ser feito para trazer uma criança para escola, contribuir, porque para junto família, os pais, escolas criarem um ser humano para encarar a realidade do mundo. Não adianta a gente querer achar que a responsabilidade é da instituição escola só. Primeiro a responsabilidade tem de partir do princípio que somos nós. Querendo ou não. Seja criança típica ou atípica como ela falou. E eu tenho filho de tudo enquanto é jeito que você imaginar, mas é uma conversa pra outra hora. Todos riem.

Família e escola são parceiras no processo educacional, com papéis complementares para todas as crianças. A participação de cada esfera não sobrepõe ou diminui a outra, ou seja, a comunicação entre elas pode contribuir para que o melhor seja alcançado em prol das crianças. Vemos as associações de pessoas com deficiência se tornarem mais politizadas com abertura política e, a partir do AIPD, ganharem força com

a mobilização nacional em torno da questão no país, junto a outros movimentos sociais que também lutavam por participação, após os anos de repressão da ditadura.

O interessante é que a luta pela participação social envolve ela mesma, processos participatórios, isto é, atividades organizadas dos grupos com o objetivo de expressar necessidades ou demandas, defender interesses comuns, alcançar determinados objetivos econômicos, sociais ou políticos, ou influir de maneira direta nos poderes públicos (Bodernave, 1994, p. 26).

Aliada a esses dois movimentos temos a instituição da Assembleia Nacional Constituinte em 1988, dando grande oportunidade para que as questões envolvendo as pessoas com deficiência fossem debatidas. Esses debates foram realizados, em sua maioria, por representantes de pessoas com deficiência, uma vez que essas instituições ocuparam o espaço deixado pela ineficiência do Estado em atender a esse público, embora contassem com o financiamento estatal para a continuidade do trabalho, o que ocorre até os dias atuais:

A relação entre organizações de familiares de pessoas com deficiência e o Estado configura-se pela assimilação e pela compensação da ausência estatal, ao reivindicar financiamento para uma estrutura paralela de atendimento aos chamados “excepcionais”. O resultado desse arranjo é a consolidação do modelo segregacionista na educação de pessoas com deficiência (Rosa, 2025, p. 63).

A necessidade de atendimento para as crianças com deficiência mobilizou as famílias, conclamando-as à participação e objetivando sua educação. Isso se deu pela inexistência da presença do Estado. Em outros momentos, o convite à participação também ocorreu, como nos lembra Azevedo (2020, p. 139):

A Constituição Federal propõe uma ideia de participação que, em certa medida, abre caminho para as representações oficiais dos sujeitos das classes populares na construção, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas juntamente com os agentes do Estado.

São essas instituições que representam as pessoas com deficiência. Entretanto, conforme Rosa (2025) aponta, houve grande dificuldade de acessibilidade para a participação de todas as pessoas com deficiência, o que dificultou que essa representação fosse condizente com a diversidade desses sujeitos.

Na efervescência da participação promovida pela Assembleia Constituinte, a LDB de 1996 também propõe a participação como sendo importante para uma gestão

democrática na escola pública. Entretanto, o documento não define explicitamente como se daria essa participação. Nesse sentido, Azevedo (2020) afirma que

participar assume uma multiplicidade de papéis e níveis, posto que as decisões tomadas no interior da escola têm limites e buscam uma sintonia com as regulações do órgão central responsável pelas escolas públicas em dado município ou localidade (Azevedo, 2020, p. 142).

Talvez por isso os entendimentos sobre a definição de participação sejam tão diversos para o grupo da escola e responsáveis. Por isso, o *Index* (2011) aposta no diálogo entre a comunidade escolar e orienta a abertura de *espaçostempos* de discussão sobre o contexto vivenciado por aquele grupo.

Das participações esperadas, segundo Azevedo (2022), no que se refere à escola, dois âmbitos sobressaem: o pedagógico e o administrativo. Espera-se do primeiro o acompanhamento das crianças por suas famílias e a participação nos colegiados organizados de forma representativa dos quais apenas alguns poucos responsáveis participam:

Olhando para a escola e para as relações que ela estabelece com as famílias e comunidade, fica evidente o caráter eurocêntrico do currículo e da construção de uma participação consentida, ou seja, uma participação hierarquizada na figura da diretora que tem o papel de guardiã dos saberes pedagógicos e de um tipo de trabalho pedagógico que visa à comunicação e prescrição às famílias, possibilitando-lhes estar presentes e cumprindo o papel destinado a elas a priori (Azevedo, 2020, p. 147).

Dessa forma, coloca-se uma barreira entre família e escola, uma barreira à própria possibilidade de participação. Com a desculpa de que as famílias não possuem tempo ou interesse, elas acabam sendo chamadas apenas para ratificar decisões sobre festividades, gastos com o dinheiro público ou ouvir prescrições escolares, ou seja, é uma participação consentida e limitada, fechada para a interação e o diálogo. Apesar dessa concessão à participação dos responsáveis, a escola percebe como estes estão ausentes ou conhecem pouco os âmbitos de sua atuação junto à escola. Isso fica evidente na fala da professora ao relatar a dificuldade do processo eleitoral que ocorria na escola à época da pesquisa (2024):

Grace: O momento que a gente está vivendo agora de cadastramento, a gente tem de ficar catando pai no laço. Eles não estão envolvidos.

Sabem que é época de que vai ter esta mudança, de eleição. Sempre teve cadastro. Eles sabem que de tempo em tempo isso ocorre, mas eles não buscam. Então a gente na escola tem que ficar catando estes responsáveis, acho que eles poderiam se envolver muito mais. O colegiado eu vejo que sempre são os mesmos.

Há uma distância entre a realidade e o ideal. O que está proposto nas legislações é que a educação das crianças se dê em parceria: escola, família, sociedade e poder público, assegurando o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990). A parceria proposta pela lei para a educação das crianças inclui que cada setor esteja articulado junto aos demais. Não se delimita a participação de cada um, pois se compreende a inexistência de hierarquia entre eles.

“Apesar de a participação ser uma necessidade básica, o homem não nasce sabendo participar. A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa”, já dizia Bodernave (1994, p. 46). O local propício para iniciar essa aprendizagem é a escola para as crianças, mas pode ser o espaço onde os responsáveis possam aprender também.

Lima (2011) nos chama a atenção para o fato de que,

mesmo em condições consideradas ótimas, os atores podem não estar interessados em participar, que qualquer tipo de participação arrasta geralmente inconvenientes e não só vantagens, que os subordinados podem expressar maior ou menor desejo de participar (Lima, 2011, p. 92).

Como são os responsáveis aqueles que fazem o primeiro contato com a escola e representantes das crianças, cabe a eles o papel de participar, mesmo que minimamente. Então, podemos pensar que a participação consentida (Azevedo, 2020) é uma forma inicial do exercício de participação na escola, dado que, em nosso passado colonial escravocrata, tal medida era impensável. Também podemos pensar na escola como *espaçotempo* ideal para esse exercício e que os responsáveis possam abrir caminhos para que suas crianças exerçam sua autonomia e protagonismo desde tenra idade.

Os responsáveis reconhecem a importância de participar e compreendem os movimentos que a escola e creche fazem através de reuniões como *espaçotempo* de formação.

Esmeralda: Eu até que dei muita sorte. Com esta questão de escola porque na creche dos meninos que eles estudarem ela é até referência

para outras creches. Então o que acontece eu cresci nisso lá como mãe de ter este convívio lá. A Ana Fátima (coordenadora da creche) sempre preza o convívio entre escola e família, se a gente não andar junto seus filhos não terão o amparo necessário e realmente é se você não tentar tirar o tempo se preocupar. Então, é esta questão mesmo igual as feiras, as feiras de ciência. O que é isto? Nosso maravilhoso!

Assim, percebemos que a escola possui meios de promover a participação de maneira eficaz, pois estamos lidando com as crianças que são o grande interesse dos responsáveis. É nessa instituição heterogênea que podem surgir atritos e conflitos que deverão ser resolvidos por via do diálogo.

Sabe-se também que os membros de grupo participam mais intensamente quando percebem que o objetivo da ação é relevante para seus próprios objetivos. Se os membros de um grupo concordam com a necessidade de alguma mudança, pode ser feita uma forte pressão para alcançar a meta, pois neste caso a pressão será exercida pelo próprio grupo (Bodernave, 1994, p. 46).

Essa ideia de participação por interesse coloca em pauta a mobilização de um grupo para alcançar suas demandas. Podemos perceber nas disputas pelas políticas públicas como essa participação se torna relevante, por exemplo. É Oliveira (2023, p. 69) quem nos lembra que as políticas públicas são

as responsáveis pelo acolhimento de famílias, por meio da assistência social, serviços de saúde e educação, dentre outros. E por isso algumas pessoas se sentem incomodadas com as discussões e as cobranças em relação a essas políticas públicas. e é também por isso que em alguns casos torna-se inevitável a vinculação com as políticas partidárias, pois existem grupos ou coletivos que defendem os princípios de justiça social e é por meio dessa representação coletiva que muitos direitos são garantidos.

Cabe ressaltar que a representação pode servir como faca de dois gumes, uma vez que nem sempre a representação está alinhada com os desejos e os anseios das pessoas com deficiência. Nesse sentido, ela não é alheia a interesses, como nos apresenta Rosa (2025, p. 99):

A discussão sobre participação e representatividade das pessoas com deficiência nas instâncias de interação socioestatal não pode ser dissociada das desigualdades historicamente constituídas e atravessadas por marcadores sociais como raça, classe, idade, gênero, localização geográfica, os quais aprofundam as barreiras de participação política e social. As condições materiais de acesso aos espaços institucionais e a

possibilidade de incidir politicamente sobre suas próprias condições de existência são deliberadamente restringidas, uma vez que a normofuncional idade é assumida como critério regulador da cidadania.

Todavia, na escola, os direitos das crianças devem ser garantidos pela representação de seus responsáveis, que podem e devem ser atuantes em associações, colegiados e conselhos escolares. Além de servir para promover a participação, os conselhos escolares são espaços de formação, como nos alerta Oliveira (2023, p. 14):

É por meio da participação social em Conselhos Escolares que a sociedade pode conhecer de perto as precariedades e falta de recursos para o investimento no ambiente escolar, pois passa a integrar a gestão escolar, não ficando alheia ou distante das decisões que são tomadas na escola.

Se os responsáveis por crianças de uma determinada escola percebem que sua atuação pode provocar mudanças, começam a se mobilizar para além das participações consentidas, abrindo outros espaços para agir. Dessa forma,

a participação político pedagógica vai sendo elaborada nas brechas, nas ações cotidianas, na medida em que as famílias vão se conscientizando de que a escola é um bem comunitário e, por isso, demanda uma participação intensa que vá além do acompanhar o desenvolvimento e as aprendizagens das crianças, mas que lhes garanta serem ouvidas quanto às decisões que impactam a escola e, conseqüentemente, a própria comunidade (Azevedo, 2020, p. 146).

A ação desse grupo de responsáveis possibilita que haja *espaçotempo* na escola para o exercício de cidadania, para a luta por direitos e promoção de diálogos que estejam em consonância com os interesses daquela comunidade. Com isso em mente, Bodernave (1994, p. 61) afirma que “a participação escola-comunidade constitui um laboratório vivo onde os futuros cidadãos aprendem a difícil arte da convivência democrática”.

Uma diferença de 26 anos separa esses dois autores que foram capazes de pensar a escola como algo muito maior do que lugar de aprender a ler, escrever e contar. Viram a escola como uma instituição da sociedade capaz de promover cidadania, exercitar a democracia e desenvolver potencialidades dos sujeitos.

A participação dos responsáveis na escola

Durante os dois anos em que atuei como professora do AEE em uma escola da rede Municipal de Juiz de Fora, pude experimentar um pouco das possibilidades de participação junto às famílias. A escola promoveu encontros com os responsáveis pelas crianças com deficiência nos quais eles puderam expressar seus desejos, conhecer mais sobre o trabalho da escola e das professoras e se conhecerem entre si, ou seja, puderam formar uma comunidade dentro da escola com troca de experiência entre pares. Era possível observar, em seus rostos, como saíam desses encontros com expressão mais relaxada, com o peso nos ombros reduzido e um olhar mais esperançoso. Em alguns momentos, houve desabafos e lágrimas, pois a emoção flui livremente quando o acolhimento permite.

Matricular as crianças na escola, levá-las todos os dias, verificar o material são tarefas cotidianas para todos os pais, porém, tornam-se desafiadoras quando uma criança com deficiência frequenta a escola. Por exemplo, crianças dentro do Transtorno do Espectro Autista, devido à sua rigidez, acabam se desregulando quando há quebra em sua rotina; para isso as famílias precisam se organizar para estar em cada momento e prever possíveis rupturas. Chegar à escola no horário exige muito dessas famílias, como nos explicam as responsáveis por crianças atípicas:

Elisa: Acho que também podem participar deixando os filhos no horário certo na escola pra não atrapalhar. Toda vez que chega umas crianças atrasada acredito que deve ser um alvoroço pras outras na entrada da sala. Talvez a gente devesse contribuir mais em relação a isso a tentar a ajudar porque isto atrapalha muito. Inclusive em relação a criança uma vez que a gente tira ele da rotina dele ele fica meio disfuncional. Não sei se o de vocês é assim. Mas o meu

Mel: Muito. O meu tem de entrar mais tarde e sair mais cedo por causa de barulho, muita gente. O relógio dele é aqui (aponta pra cabeça). Vai dando o horário ele já pega as coisas dele, já quer ir pro portão todos os dias.

Elisa: Manter as rotinas deles, isso já é contribuir.

Reconhecendo as especificidades de suas crianças, as famílias fazem adaptações, sem, no entanto, desconhecer a existência de regras da instituição. Elas também são capazes de perceber a importância de sua atuação junto às crianças para garantir o melhor desenvolvimento de cada uma. Uma desregulação em casa pode prejudicar o

planejamento da escola e/ou vice-versa. Como nos alerta Camargo (2017, p. 109), “quando família e escola cooperam entre si, cria-se oportunidade de ampliar o processo de aprendizagem da criança dentro e fora da escola”.

Cabe à escola perceber que se organizar para recebê-las é importante, mas receber os responsáveis também é. Não que precisem de um tratamento especial, devido à deficiência de suas crianças, mas porque as necessidades são outras e, no movimento de acolher a todos com igualdade, acaba-se correndo o risco por desconsiderar as diferenças. Como afirma Boaventura (2003), é preciso ter o direito à diferença quando a igualdade discrimina.

Nesse sentido, os encontros realizados em 2022 e 2023 foram pensados pela equipe gestora da escola para ampliar o contato com os responsáveis. A participação deles nos encontros junto às professoras responsáveis pelas crianças provocou um movimento de sua valorização na escola. Há muitos relatos em que dizem que se sentiram acolhidos na escola, que as crianças estão sendo bem tratadas, que desconheciam o trabalho da escola pública e muitos outros assuntos sobre os quais ainda não haviam pensado.

Por isso, pensar a participação dos responsáveis na escola é necessário para promover a ampliação do conceito de escola como aquela a serviço da comunidade, a escola pública. Assim, é possível construir um contexto de aprendizagem coletivo em que o interesse maior seja o desenvolvimento individual das crianças, aliado ao crescimento coletivo, em comunidade. Essa proposta de escola vai ao encontro dos princípios da educação pública que envolve participação, autonomia, partilha, reflexão e diálogo, um exercício de democracia.

Também se torna relevante discutir como compreendemos o conceito de deficiência, visto que esse entendimento provoca determinadas práticas que podem emancipar ou restringir o sujeito, reduzindo-o a sua deficiência. Nessa perspectiva, podemos pensar a deficiência como possibilidade de existência e não como um defeito a ser corrigido, uma diferença a ser homogeneizada. Rosa (2025) nos alerta para como essa compreensão de deficiência esteve e está presente na formulação e disputa das políticas de educação, uma vez que,

sendo a tutela amplamente naturalizada e socialmente aceita, frequentemente compreendida como forma legítima de proteção aos sujeitos considerados desvalidos ou incapazes, os fóruns de influência e decisão política continuam, em sua maioria, sendo ocupados, de

maneira desbalanceada, por prestadoras de serviços, familiares, especialistas, em detrimento das pessoas com deficiência (Rosa, 2025, p. 99).

Dessa forma, a participação, a autonomia e a reflexão dos sujeitos no processo de formação, propondo estratégias conforme suas demandas, incrementam as possibilidades de reconhecimento desses sujeitos que pensam sobre tal processo (Eckhardt, 2000). Essa escola acredita no potencial transformador da educação e na finalidade social que possui. Por isso, definir qual escola queremos, envolvendo toda a comunidade escolar, ajuda na compreensão de quais instrumentos utilizaremos para construí-la.

Ideias de participação presentes na pesquisa

Qual o significado de participação para as pessoas participantes da pesquisa? Essa questão terminou por ser uma prática introduzida para iniciar as conversas sobre participação, revelando-se como uma boa oportunidade para comunicar o tema da minha pesquisa.

As rodas de conversas em torno do conceito de *participação*, pude observar que o pedido para definir o termo provocou muitas dúvidas. Através de olhares ora curiosos, ora preocupados e instigados, a palavra “participação” era repetida e remetia a pensamentos, reflexões e fatos que foram relatados. As funcionárias da limpeza foram unânimes ao responderem o que é participar, mas fizeram questão de dar exemplos pessoais de como as pessoas participam:

Todas: Ajudar as pessoas.

Geni: Eu acho que é assim, participar, vamos supor; a Alzira precisa de uma ajuda, aí eu vou lá e participo com ele e ajudo ela, não? Uma ajuda a outra, aí é uma participação.

Alzira: Pra mim participação é aquilo que você estava programado. Às vezes você me chama para uma reunião, eu participo daquela reunião, você me chama para participar de uma festa, eu vou naquela festa.

Porém, a definição se tornou uma tarefa árdua não apenas para as funcionárias da limpeza. A vice-diretora Maria Firmina explicitou:

Maria Firmina: Nossa, é tão óbvio e tão difícil de falar.

Em todas as conversas, necessitei orientar, refletindo junto aos participantes sobre como definir participação se tivessem de explicar para alguém o significado da palavra. Como diriam? Isso bastava para que as pessoas da pesquisa pudessem definir um conceito para a participação. Após cada roda de conversa, ficava mais claro para mim que as pessoas começaram a refletir um pouco sobre a participação, principalmente sobre a sua própria atuação na escola. Mas nunca saberei o resultado e se houve mudanças práticas a partir dessas reflexões.

Entretanto, diferentes ideias de participação foram apresentadas pelos atores da escola. Essas poderiam ser consideradas em quatro categorias que pude identificar: comunicação, presença, diálogo/interação e reconhecimento do processo democrático, assim como descrito no significado da palavra pelo dicionário.

A primeira, participação como comunicação, compreende a ideia de participar como informação. O fato de dizer algo a outrem pressupõe que este tenha participado, uma vez que tomou conhecimento. A segunda, presença, aparece fortemente em todos os atores, pois a presença física, nesse caso, é o suficiente para efetivar a participação. A terceira ideia, diálogo/interação, envolve ação, troca entre os sujeitos, entre sujeitos e instituição, remetendo a um nível de envolvimento com a temática em pauta e destoando da passividade das duas primeiras ideias. A última ideia que me ocorreu foi pensar a participação como uma ação do exercício da cidadania, pois, assim, reconhece-se a relação ética necessária para que haja respeito e espaço para discussões e debate de ideias.

Assim sendo, com essas ideias formuladas a partir da fala dos sujeitos da pesquisa, pude mapear as aproximações de pensamento dentro da comunidade escolar, além de identificar alguns contrapontos e divergências.

As ideias de participação como presença e diálogo/interação são as que mais se destacaram entre os profissionais da escola. Todos conseguiram identificar como cada um atua na instituição, porém, alguns registros chamam a atenção quando dividimos em subgrupos: professoras, direção, funcionárias da limpeza, cozinheiras, por exemplo.

A ideia de participação como comunicação, ou seja, o ato de informar, aparece apenas no grupo das professoras regentes. Essa ideia me remete a um movimento no qual se apresenta uma hierarquia entre escola e família, com o poder decisório centralizado na primeira.

Já para as funcionárias da limpeza e cozinha a ideia de participar como um diálogo/interação e como processo democrático não estão presentes, embora em outros momentos da conversa elas deixem claro quanto a sua atuação ativa contribui para o bom desenvolvimento da escola. Talvez o desconhecimento de seu potencial de participação se deva ao lugar que ocupam que perpassa o caráter cultural do país, onde o trabalho braçal é desvalorizado em relação ao trabalho intelectual. Isso fica evidente na fala da cozinheira:

Ana Maria: A gente observa e muito. Mas, assim, a gente não tem essa moral. Se todo mundo ajudar um pouquinho, chega lá. Eu acho. mas aí no caso você também vê, aí fala com a direção, aí vai procurando recurso. No caso eu, eu não tenho como, mas vocês com saber assim onde que é.

Além de suas limitadas atuações, essas funcionárias reconhecem os limites da própria instituição. Existem situações desafiadoras, percebidas por elas, que fogem do âmbito escolar e caberia a outras especialidades, como um psicólogo, por exemplo. As funcionárias comentam:

Alzira: Faz muita falta. Muita. Você vê criança muito carente precisando e, às vezes, você escuta muita coisa da família e, às vezes, você não pode falar. O que você vai falar?

Ana Maria: Acho que precisa de ter uma pessoa que tem um entendimento para poder acompanhar, entendeu? Tem muita criança que é boa que para por causa disso, não tem aquele acompanhamento. Eu acho que tinha de ter uma psicóloga. Você não acha?

É inegável que a presença de outros profissionais na escola, no sentido de formar uma equipe multidisciplinar para atender às demandas das crianças, seria um acréscimo desejado. Porém, em virtude da proposta de organização da educação pública que temos atualmente, a escola lida com essas demandas na medida de sua capacidade, reconhecendo os limites ali impostos e estabelecendo as redes possíveis de atendimento. Portanto, a presença da gestão é fundamental nesse sentido.

Para a direção e vice-direção, aparece a ideia de participar como presença, diálogo/interação, mas também na dimensão democrática quando trazem para a discussão a preocupação com o coletivo. Elas dizem:

Simone: Oferecer comprometimento, opinião, escuta e disponibilidade.

Maria Firmina: Fazer parte, é assumir compromisso, responsabilidade, é ser atuante e se comprometer com o outro/todo.

Espera-se que as pessoas, ao assumirem a direção de uma escola, estejam cientes do significado do cargo e seus encargos. É uma função que exige a participação direta e contínua, além da percepção de todos os envolvidos na comunidade escolar. Proporcionar isso constitui um desafio para os envolvidos.

Na visão dos responsáveis, a sua participação está relacionada à presença, como nos demonstram as falas abaixo:

Esmeralda: Eu acho que é melhor para os alunos fazer um ambiente de confiança e segurança.

Bárbara: Participar é estar presente em cada ambiente escolar, estando presente na rotina cotidiana dos alunos

Além da presença, para esses participantes, outra forma de participar é o diálogo/interação, demonstrando que conhecem outras possibilidades, reconhecendo o espaço para sua atuação em prol de suas filhas e filhos. Eles afirmam:

Esmeralda: Significa se envolver, estar presente.

Mel: Estar presente, dar opiniões.

Cidinha: Estar presente, fazer parte de atividades.

Jeferson: Participar é ficar por dentro daquele assunto, ter interesse, estar presente.

Lia: Participar demonstra interesse naquele assunto, objeto, quer entender, compreender, aprender se afirmar na temática que alimenta a forma de pensamento.

Entretanto, há responsáveis, como a fala abaixo demonstra, trazendo à tona a dimensão coletiva da instituição escolar, como espaço de exercer cidadania e reconhecer o direito à diferença.

Mel: Estar presente nas atividades propostas pela escola, emitir opiniões, sugestões, respeitando as normas mesmo que as crianças não sejam iguais.

A escola possui um regimento que organiza as ações e estabelece as normas para o seu funcionamento. Estas são construídas pela comunidade escolar visando ao melhor desempenho do trabalho. Contudo, considerando que a escola opera com distintas famílias e suas crianças, é mister que situações particulares sejam observadas e estudadas

caso a caso, como o horário de entrada e saída, por exemplo. Essas adaptações são realizadas de acordo com a necessidade de cada criança e situação.

A certeza de serem ouvidos promove a sensação de segurança em todas e todos que participaram da pesquisa, sejam responsáveis por crianças típicas ou atípicas e funcionárias. Elas chamaram a atenção para o espaço propício para a participação, as reuniões promovidas pela escola, uma vez que, na impossibilidade da presença no dia marcado, podem agendar um novo momento junto à escola. Elas afirmam:

Flávia: Eu não posso participar da reunião, mas vou agendar um horário de reunião que eu possa vir. Posso vir, Simone? Posso vir tal horário? Porque eu trabalho. Eu acho que não tem muita desculpa.

Geni: Eu acho que não. Você marca até uma conversa já é difícil encaixar no dia deles mesmo, já é difícil. Que dia você pode? Olha que ponto que chega você perguntar pro pai que dia ele pode. Aí a escola está aberta para eles a qualquer hora, depende dos pais. Aqui na escola tanto diretor quanto qualquer um quando chega o portão está aberto, à disposição deles.

Os responsáveis pelas crianças com deficiência na escola compreendem a importância da sua participação. Alguns responsáveis relataram como foram construindo esse pensamento sobre sua presença e o papel que a escola exerceu nisso. O trabalho realizado com as reuniões, além de informativo, é formativo para muitos responsáveis, que nos falam:

Lia: Porque é importante este contato com os professores, eu achava que era importante ter esta ponte com eles, né. Por desenvolvimento, igual o meu primeiro filho na hora que começou. Eu achava interessante. Igual a reunião de pais, eu adorava participar. De ouvir o que estava acontecendo. Ouvir as outras mães, de trocar figurinhas, falar é comigo mesmo. Falar, falar, falar. E eu achava a necessidade, eu me sentia, pela primeira vez mãe, eu me sentia a rainha da cocada e depois eu comecei a ver a importância que é esta interação dos pais com o professor, ter este contato. Eu sempre participei de tudo.

É necessário salientar o desejo de estar presente e o reconhecimento do papel da escola. Ao serem chamados pela escola, os responsáveis atendem. Essa disponibilidade revela o interesse que eles têm por essa instituição que abriga suas crianças e quanto estão empenhados em contribuir, por diferentes razões. A secretária da escola ressalta uma das principais motivações para a participação:

Alzira: Não. Eles não têm porque as crianças PCDs precisam mais, a circunstância é diferente porque a criança precisa mais desta assistência. Nossa também, um cuidado maior. Igual outro dia o pai queria que a gente desse uma tarja preta, sem receita, sem nada.

A escola é também fator de proteção para as crianças, pois zela por elas em seu desenvolvimento, mesmo que os responsáveis tenham outra perspectiva dessa atuação. Embora nem sempre seja compreendida, pois acaba por orientar os responsáveis, a escola sabe de seus limites e, por isso mesmo, está aberta para integrar as equipes multidisciplinares que atendem às crianças fora da escola. Nesse sentido, é possível compreender que,

tendo a escola como parceira e colaboradora, os profissionais da equipe têm a possibilidade de compreender melhor os pontos a serem trabalhados para direcionar mais precisamente seu foco de intervenção. Desta maneira podem fornecer orientações específicas para cada dificuldade apresentada, e com a ajuda do professor, monitor, ou coordenador pedagógico, acompanhar o desempenho social, comunicativo e comportamental da criança (Camargo, 2017, p. 149).

Participar do processo de desenvolvimento de cada criança é importante para a escola. Nos anos de 2022 e 2023, por várias vezes, participei de reuniões com terapeutas, fonoaudiólogos e fisioterapeutas das crianças do quadro da Educação Especial com a finalidade de trocar informações e estabelecer propostas de trabalho. Nesses encontros ficou evidente para mim a importância da troca entre os profissionais, a escola e a família, o que propicia maior compreensão acerca da criança, pois ampliava o olhar de todos os envolvidos.

Ao longo da pesquisa, no ano de 2024, pude perceber que essa preocupação se manteve. Fica evidente nas falas da secretária escolar e da professora do AEE que se espera que as crianças fizessem tratamentos complementares:

Alzira: Eu acho, porque a situação exige, né? Os pais têm de ser mais próximos, as crianças precisam de mais cuidados, e assim a gente sempre está precisando de um feedback de um profissional que cuida deles. A gente está sempre pedindo atualização, se muda medicamento, como é que tem de ser os cuidados com o novo medicamento. A participação deles tem de ser diferente, não pode ser igual.

Jarid: Nossa, aqui os pais são muito participativos. Aqui os pais têm uma visão que a escola é boa, que a escola quer fazer o melhor e que a partir daqui eles conseguem fazer outros tratamentos. Que eles conseguem colocar os filhos numa escola pública de qualidade e por isso dão outras oportunidades.

Os responsáveis percebem a importância de sua participação e os momentos em que ela pode ocorrer:

Elisa: Como participar da escola? É justamente contribuindo para que eles venham para a escola já preparados para se adaptar à realidade escolar. Porque eu acho que se vem uma criança completamente fora da realidade, dificilmente a escola vai conseguir ajudar. Então faltou uma participação dos pais para ajudar a escola.

Lia: É lógico que os pais estejam presentes em reuniões, nas atividades, porque se o professor está chamando o pai e a mãe aqui não é à toa. Ele quer a participação. E o desenvolvimento da criança é isto, a participação da comunidade escolar e familiar. A escola não faz sozinha o sujeito.

Esmeralda: Sim. Igual quando tem festa, ajudar. Quando tem festa junina. Aqui antes pedia mais, agora não. Mas em outros lugares pediam prendas, fazia rifas. Então é mais ou menos isso.

Estar presente na escola é assumido pelos responsáveis como participação, e eles aproveitam essas ocasiões para compartilhar informações sobre as crianças. Os responsáveis valorizam esse espaço para a comunicação que a escola abre para falar sobre o desenvolvimento de suas crianças. Seja em conversas coletivas ou individuais, esse tempo é precioso:

Lia: As devolutivas são importantes, é? Para a família e da família para a escola. Às vezes, a criança não dormiu porque trocou de medicação, às vezes aconteceu alguma coisa. É importante falar. Oh, hoje a Ruth não dormiu muito bem, talvez vai ficar com o olhinho mais seco. Ai a professora pode ter aquela previsibilidade de oferecer aquele lanchinho para evitar um gatilho.

O diálogo estabelecido entre escola e família favorece o desenvolvimento das crianças, como já vimos. Entretanto, há legislações vigentes que garantem o direito das crianças de serem cuidadas, acompanhadas em seu desenvolvimento, sendo um dever dos responsáveis. Alguns conhecem a legislação, mas compreendem o seu dever como uma escolha, como ressalta esta responsável sobre o seu papel de mãe:

Lia: A comunicação tem de existir sempre para as coisas evoluírem. Inclusive existe o ECA, nós, pais e mães, temos aquela obrigação. Não é obrigação eu creio que todo mundo aqui não faz por obrigação, faz porque realmente cuida de seus filhos. Ninguém nunca me obrigou a cuidar dos meus filhos.

Importante ressaltar que os responsáveis reconhecem a importância de seu papel enquanto mães e pais de estarem participando da vida de seus filhos na escola. Falas ressaltando isso estão presentes no discurso tanto de responsáveis pelas crianças atípicas quanto de crianças típicas:

Jeferson: A própria reunião em si já é importante. Infelizmente nós, adultos, eu não vou me incluir, porque eu sou muito participativo. Mas eu não tive meu pai, meu pai não participou então é neste aspecto que os pais não querem participar da vida dos filhos. Entrega literalmente o pacote e diz: aqui professora, resolve aí. É isso que literalmente a gente vê. Assim, não posso generalizar, mas a maior parte dos jovens na escola é assim.

Grace: Os pais são fundamentais porque tem muitos pais negligentes, não falo só de criança atípica não. Falo no geral, o pai tem de participar de tudo de como está o desenvolvimento da criança, como está o comportamento da criança de tudo, no geral. Não tem a ver só com a nossa não.

Flávia: Só as mesmas, se tem 25 alunos, vêm 5. Mas aí os 5 que vêm na reunião não têm problema, não têm problema com o professor, não têm problema com nada. Aí às vezes os outros 20 têm problemas. Aí o pai começa a ter problema com o aluno e aí o pai quer brigar com a diretora, com a professora, mas não participou de uma reunião. Então, assim, eu acho que o ato de participar da reunião dos filhos é importante para você saber onde está o problema para resolver, se os pais não participam fica difícil. Não são todos.

Bárbara: A participação dos pais em si eu gosto muito, porque, além de vir buscar os seus filhos e levar, que é uma regra da escola que eu amo, o pai tem de vir e buscar, tem de vir nas reuniões, mas também no dia que teve a feira de ciências eu vi vários pais aqui junto com a criança. Eu vi vários pais, vamos dizer assim, elogiando o que filho fez. Mas os pais estavam ali presentes. Eu acho que os pais que estão presentes na reunião estão também presentes numa feira de ciências, estão presentes também num teatro que vai ter.

As diferentes ideias que encontramos sobre participação na escola entre a comunidade escolar colabora para que o tema seja relevante e necessário no contexto nacional onde a democracia sofreu com a tentativa de golpe em 2023.

Concluindo

A escola, como instituição democrática, conta com o apoio das famílias para isso, principalmente dos responsáveis pelas crianças do quadro da Educação Especial para a construção de uma escola pública na perspectiva da inclusão. Como nos ensinou

Bodernave (1994), a participação é apreendida na medida em que se participa. Talvez por isso, a pergunta: *O que é participação?* tenha provocado tanto desconforto, instigando os participantes da pesquisa a pararem um minuto para analisar sua postura.

Compreender o que significa participação para os diferentes atores nos ajuda a identificar as falhas na comunicação e ação, o que causa barreiras entre família e escola.

A escola que se abre a participação das famílias tem maiores oportunidades de fazer um trabalho que atenda a todas as crianças em seu desenvolvimento, promovendo o diálogo e o espaço para o crescimento de toda a comunidade.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Elder. *De escola do mato a escola popular do/no campo: Presença, pertencimento e participação das famílias e comunidade em diálogo com uma escola pública municipal. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2020.*

BODERNAVE, Juan. **O que é participação.** 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAMARGO, Walter. **Intervenção precoce no Autismo.** Belo Horizonte: Editora Artesã, 2017.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

ECKHARDT, Fabiana. **O outro sou eu também: a formação de professores das classes populares em diálogo com Paulo Freire e Enrique Dussel.** 1ed. – Curitiba: Appris, 2000.

LIMA, Licínio. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Frederico. Reflexões sobre a democracia e participação social nas escolas: ponderações dos processos participativos nos Conselhos Escolares à luz da legislação vigente. In: OLIVEIRA, Frederico Ferreira; RICON, Leandro Couto Carreira (Org.). **Educação & Democracia.** 1ed. Petrópolis: Casa Editorial Manacá, 2023. p. 34 - 61.

OXFORD. **Dicionário Oxford escolar.** São Paulo: Editora Oxford, 2010.

ROSA, Mariana. **Rastros e restos nos interessam: disputas em torno da educação escolar de pessoas com deficiência no Brasil da ascensão neoconservadora (2016-2022).** Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2025.